

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

OPORTUNIDADES E DESAFIOS



***O CONCEITO DE COMPETÊNCIA NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL (2000-2010): IMPLICAÇÕES PARA
O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA***

Marielle Barros de Moraes, Universidade Federal Fluminense, <https://orcid.org/0000-0002-8848-5799>, Brasil, mariellemoraes@id.uff.br

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

O conceito de competência vem assumindo centralidade no âmbito de todos os níveis de ensino no Brasil. No campo da Biblioteconomia esse conceito vem permeando os documentos curriculares, desde as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas no ano de 2001 para o campo da Biblioteconomia, até os Projetos Político-Pedagógicos e os programas de disciplinas. Desde então, o conceito vem ganhando bastante espaço no âmbito da Biblioteconomia brasileira a ponto de, por exemplo, o termo *Information Literacy* ter sido traduzido no Brasil em um Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação como Competência em Informação. Originalmente cunhado por Paul Zurkowski (1974) o termo referia-se à capacitação dos cidadãos no uso das ferramentas de informação e na aplicação dos recursos de informação para o seu trabalho. Ou seja, inicialmente foi utilizado de maneira economicista, o que é explicado pelo fato de Zurkowski à época ser representante das indústrias de informação dos Estados Unidos.

O primeiro artigo sobre *Information Literacy* no Brasil é de autoria de Sonia Caregnato (2000) que utilizou o termo Habilidades Informacionais para abordar a *Information Literacy* e, a partir de então, várias traduções podem ser encontradas na literatura

brasileira. Porém, o termo que vem se consolidando e nomeando fóruns, a exemplo do Fórum sobre Competência em Informação, que está em sua 10º edição, temas de eventos, título de disciplinas, etc. é o termo Competência em Informação. Diante desse contexto que surge a seguinte pergunta: que conceito de competência foi utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década de produção sobre esse tema na literatura brasileira de Ciência da Informação? O objetivo deste trabalho é evidenciar o conceito de competência utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década da literatura brasileira de Ciência da Informação, refletindo sobre as implicações para o ensino de Biblioteconomia.

Esta pesquisa levantou um referencial fundamental à compreensão da noção de competência utilizada nesses primeiros artigos sobre o tema no Brasil e possibilita refletir sobre a inserção desse conhecimento no ensino de Biblioteconomia.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate sobre o conceito de competência, pois a clareza conceitual acerca desta temática facilita o entendimento do próprio conceito de Competência em Informação e os objetivos desse campo de estudos. Além disso, este estudo pode contribuir com a reflexão sobre a inserção do conceito de competência no âmbito da

formação de bibliotecários, mas de forma crítica. No entanto, para isso, é necessário que se compreenda esse conceito e como o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação vem adotando esse termo no âmbito das traduções do *Information Literacy* para o português brasileiro.

2 O conceito de competência e seu deságue na Biblioteconomia e Ciência da Informação

O conceito de competência assumiu protagonismo nos mais diversos documentos de ensino, desde a Educação Básica à Superior, adentrando nos documentos curriculares do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e nomeando campo de estudos a exemplo da Competência em Informação.

2.1 O conceito de competência: aspectos históricos

O conceito de competência é permeado por uma polissemia que, muitas vezes, dificulta o seu entendimento. Essa polissemia é ainda mais complexa quando da sua tradução para a língua portuguesa, uma vez que possui vários significados. Já na literatura da língua inglesa existem dois termos para representá-la: *competence* e *competency* e que ambos possuem significados diferentes. Wilcox e King (2013) afirmam que a *competence* está frequentemente associada aos conhecimentos, habilidades ou atitudes que permitem uma pessoa desempenhar eficazmente uma ocupação. Ou seja, são os conhecimentos que, por exemplo, um bibliotecário assimila durante a sua formação que o permite exercer a função de bibliotecário em diversas instituições informativas-documentais. Por sua vez, *competency* é um conceito mais concreto e inclui um conhecimento específico, uma habilidade e é a qualidade de ser adequadamente ou bem qualificado, seja física ou intelectualmente. Por exemplo, um bibliotecário que é competente faz de forma bem feita os processos técnicos do campo da Biblioteconomia no local onde trabalha.

Esse conceito passou a ser bastante utilizado nas últimas décadas para se referir às competências que se deseja que determinado trabalhador ou estudante adquira nos seus ambientes de trabalho ou estudo. No entanto, ele tem origens bem mais remotas.

A origem do conceito de competência, conforme Wilcox (2012), teve origem na China há 3000 mil anos, quando os chineses passaram a optar por exames escritos para o serviço público. Esta afirmação já havia sido feita por Anastasi (1968 citado em Hoge, Tondora & Marrelli, 2005) o qual menciona que, nesse período, o império chinês reconheceu as diferenças nas habilidades individuais ao empregar exames de serviço civil na seleção para empregos no governo. Já na época medieval, buscava-se desenvolver nos aprendizes as habilidades específicas para um desempenho eficaz no trabalho aprendendo com um mestre artesão nas guildas medievais.

Foi no limiar do século XX que a eficiência social se tornou ideia dominante nos Estados Unidos. O principal nome em torno dessa ideia é Frederick Winslow Taylor, considerado o pai da administração científica, e que propôs uma maior divisão do trabalho, com a simplificação dos empregos, uma extensão do controle gerencial sobre todos os elementos do local de trabalho e contabilidade de custos com base em um estudo sistemático de tempo e movimento. Conforme Wilcox (2012) todos esses elementos estão relacionados ao conceito de competência. Foi neste século que as ideias de competência começaram a permear com mais intensidade os discursos de empresas, governos e da sociedade.

No campo da Administração, Zarifian (2008), publicado originalmente em 2003, afirma que quatro grandes momentos se destacam na recente história do modelo de competência. O primeiro comprehende o *início dos anos de 1970* com o tema da autonomia individual e, embora a palavra competência não tenha sido utilizada nesse contexto pós-maior de 68, destaca-se dois primeiros significados da noção de competência. O primeiro como uma ocupação especialista do espaço de

autonomia devolvido (reconhecido) ao assalariado e o segundo como a expressão de capacidades individuais, singulares, no seio de um conjunto coletivo. O segundo momento compreende de *meados dos anos de 1980 e a saída da crise econômica* nesse período. Aqui dois elementos-chave irão intervir e deslocar o eixo da motivação na economia: as questões de estratégia e desempenho nas empresas estarão ligadas às mudanças na sociedade e à uma pressão social. O primeiro elemento-chave é sair da crise pelo alto, ou seja, pela alta qualidade dos produtos, uma personalização na relação com os clientes, etc. Nesse contexto, competência significa delegar uma parte do poder de decisão às equipes de base, para que elas possam responder ao aumento da complexidade do desempenho. O segundo elemento-chave é enfrentar o crescimento da incerteza: da incerteza da retomada econômica, da evolução dos mercados, etc. A definição complementar de competência se esclarece: assumir uma responsabilidade local, em dada situação; saber tomar a decisão certa num prazo curto, num ambiente de incerteza.

O terceiro momento se destaca na recente história do modelo de competência teve início na *primeira metade da década de 1990*, conhecido como período da racionalização. Neste momento, a prioridade é dada à redução dos custos e efetivos, bem como ao aumento da rentabilidade, com a financeirização da economia. Zarifian (2008) afirma que é neste período que a temática da competência pouco progride, encerrando-se nos dispositivos burocráticos de gestão prévia. Por fim, o quarto período tem início no *final dos anos 1990* e toma uma nova dimensão, pois se trata de um novo modelo e que tem referência no nível social, ou seja, o desenvolvimento e a mobilização das competências (e não das tecnologias, nem das estruturas organizacionais ou dos níveis de salários) farão diferença no seio da competição.

Outro autor que se debruçou sobre o tema foi Horton (2000) que menciona dois movimentos sobre o desenvolvimento das competências. O

primeiro é o *movimento estadunidense*, que teve início nos anos de 1990, com as iniciativas nacionais de educação com vistas a aumentar a competitividade econômica. O objetivo era desenvolver projetos voltados à identificação de comportamentos, competências e resultados de aprendizado específicos que atendiam às necessidades da sociedade e da economia. No ano de 1994, o governo Clinton nomeou o *National Skills Standards Board* (NSSB) para incentivar o desenvolvimento de um sistema nacional de padrões e habilidades que pudessem ser avaliados e certificados. Já o segundo é o *movimento britânico*, o qual surgiu do mesmo contexto dos Estados Unidos. Como o histórico de treinamento no Reino Unido era ruim, o governo instruiu a *Manpower Services Commission* a implementar um sistema para definir padrões em todos os setores da indústria. Assim, foram criados órgãos líderes do setor para desenvolver novos padrões. Neste contexto, o *National Council for Vocational Qualifications* (NCVQ) foi nomeado para coordenar o trabalho em uma estrutura nacional composta por cinco níveis que iam desde habilidades operacionais básicas até habilidades de gerenciamento estratégico. Em seguida, na mesma linha dos Estados Unidos, o Reino Unido reformou a formação de professores e introduziu os *Standard Attainment Tests*ⁱ (SAT), juntamente com um currículo nacional e avaliação de resultados em todo o sistema escolar.

Com um ambiente cada vez mais competitivo, as ideias acerca de competências, que eram oriundas dos Estados Unidos e do Reino Unido, passam a ser aceitas pelos governos e instituições privadas em boa parte do mundo. Com isso, surge a ideia de educação baseada em competências, a qual é um fenômeno que vem se desenvolvendo, inclusive no Brasil, desde o início dos anos de 1990, alterando diversos documentos curriculares nacionais.

Se no âmbito das políticas institucionais e governamentais o conceito de competência surge no início dos anos de 1990, em países como Estados Unidos e Inglaterra, no âmbito epistemológico, os estudos sobre

competência estão relacionados à eficiência do professor. Foi dos estudos sobre a eficiência do professor que, segundo Dias & Lopes (2003), surgiram os modelos denominados Formação do Professor Baseada em Competências, originalmente denominado de *Competency-Based Teacher Education* (CBTE) e Educação do Professor Baseada em Desempenho, originalmente denominada *Performance-Based Teacher Education* (PBTE), que influenciaram a formação de professores em muitos estados dos Estados Unidos da América por pelo menos 15 anos (de meados dos anos de 1960 a início dos anos de 1980) e impactaram de forma decisiva a formação de professores.

É nesse contexto que o conceito de competência adentra o mundo da educação no Brasil. O conceito de competência é inserido na organização dos currículos, em todos os níveis de ensino, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, sendo apresentado como um novo paradigma educacional (Brasil, 1996). No Artigo 9º da LDB o Inciso IV, é possível identificar o termo competências como responsabilidade que cabe à União: [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

No âmbito da LDB, afirma-se no Art. 4º que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas (Brasil, 1996). Ou seja, a lei que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional

contempla os aspectos do letramento digital, de modo que os alunos desenvolvam suas competências digitais para atuar num mundo cada vez mais digital.

Ainda no âmbito da LDB, o conceito de competência aparece em relação ao mundo digital em alterações mais recentes da lei. Por exemplo, no artigo 26, § 11, onde se afirma que a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio (Brasil, 2023). Deste modo, no movimento de transformação da educação do Brasil, especialmente na década de 1990, com a promulgação da LDB, o conceito de competência ganhou cada vez mais espaço.

No Brasil, esse fenômeno ganhou força com a promulgação da LDB de 1996, bem como com o cenário de reformas curriculares que o país passava, as quais possuíam por objetivo atender às demandas do mercado de trabalho.

Foi nesse período que, os documentos curriculares do Brasil passaram a inserir a temática das competências, como por exemplo na mencionada LDB. Por sua vez, o campo da Biblioteconomia brasileira foi afetada, tanto em suas áreas de estudos, a exemplo do *Information Literacy*, que no Brasil optou-se por traduzir oficialmente como Competência em Informação, quanto nos documentos curriculares, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais delinearam as competências e habilidades que a formação dos bibliotecários deveria fomentar nos egressos dos cursos.

2.2 O conceito de Competência na Biblioteconomia e Ciência da Informação

O conceito de competência vem ganhando cada vez mais espaço no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a partir dos anos 2000, sobretudo, a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCN) para o curso de Biblioteconomia no ano de 2001 (Brasil, 2001), documento em que as Competências e Habilidades desejadas na formação do bibliotecário são declaradas. Essas DCN são oriundas da redefinição do ensino superior no Brasil, realizada a partir da implementação da LDB sancionada no ano de 1996 e que proporcionou aos cursos universitários brasileiros não mais se guiarem pelos currículos mínimos, mas sim, por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo respectivo Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada curso no âmbito de cada universidade.

No âmbito da Biblioteconomia brasileira, a elaboração das DCN contou, segundo Souza (2012), com a então Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD). A ABEBD, denominação que tinha até o ano de 1979, foi depois denominada de Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, com a mesma sigla. Foi somente no ano de 2001 que a ABEBD foi extinta de fato, mas não de direito. Suas lideranças políticas decidiram dar continuidade às ações da antiga ABEBD constituindo no mesmo ano de 2001 a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), existente até os dias de hoje.

A então ABEBD teve uma importante participação nas discussões sobre a harmonização curricular na América Latina nos anos de 1990. Essa participação foi tão intensa que motivou a Secretaria de Educação Superior do MEC (SESU/MEC) a consultar a ABEBD e outras entidades profissionais do campo biblioteconômico brasileiro acerca da educação superior em Biblioteconomia. Desta feita, no final dos anos de 1990, uma comissão de estudos foi constituída para elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia. No entanto, em pesquisa de Souza (2012), afirma-se que não foi possível recuperar o nome dos membros dessa comissão.

No início do século XXI, as DCN para os cursos de Biblioteconomia, dentre outros cursos superiores no país, foram publicadas. Elas

mencionam as competências e habilidades que, ao final do curso, devem possuir os graduados em Biblioteconomia. Todas elas, em maior ou menor grau, estão relacionadas ao que se denomina como Competência em Informação, a exemplo da seguinte competência e habilidade a ser adquirida pelos graduados em Biblioteconomia: “Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação” (BRASIL, 2001).

Além dos documentos curriculares, foi no ano 2000 que a Biblioteconomia brasileira passou a publicar sobre *Information Literacy*, cuja termo, somente no ano de 2004, foi traduzido oficialmente para Competência em Informação, fazendo o termo competência cada vez mais presente no cenário biblioteconômico brasileiro.

O primeiro artigo sobre Competência em Informação do Brasil foi publicado no limiar do século XX e é de autoria de Caregnato (2000) intitulado: *O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede*. Neste artigo, de autoria de Sonia Caregnato, são mencionados novos termos que estavam sendo usados para denominar o serviço educacional oferecido pelas bibliotecas a seus leitores, como por exemplo, desenvolvimento de habilidades informacionais (*Information Skills Development*) e a tradução que a autora usa é alfabetização informacional (*Information Literacy*). Para a autora, as habilidades informacionais (a qual incluem as habilidades no uso da biblioteca, de estudo e cognitivas necessárias para a manipulação da informação) são um das competências a serem adquiridas nos programas de alfabetização informacional (acessar, avaliar e sintetizar informação), os quais são mais complexos.

Além das DCN para os cursos de Biblioteconomia brasileiros, publicadas no ano de 2001, e do artigo da pesquisadora Sonia Caregnato, publicado no ano 2000, foi no ano de 2004 que a tradução oficial do *Information Literacy* para Competência em Informação foi

realizada no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e consolidada no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB), de 2011, sendo a tradução registrada na “Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação”- documento resultado do evento. Assim, o conceito de competência passa a ser chave nos estudos que optam pela tradução do Information Literacy para Competência em Informação e, é nesse cenário, que buscamos identificar o conceito de competência utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década de produção sobre esse tema na literatura brasileira de Ciência da Informação.

3 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho possui uma natureza qualitativa e se trata de uma pesquisa exploratória de abordagem bibliográfica, pois levantou na literatura brasileira de Ciência da Informação os artigos sobre Competência em Informação do período de 2000 a 2010. O levantamento foi realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A escolha pela BRAPCI deu-se em virtude de ela abranger uma ampla gama de publicações, incluindo artigos de periódicos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros, principalmente de fontes brasileiras e da América Latina. No entanto, para o contexto deste trabalho optamos por investigar apenas os artigos de periódicos científicos do campo da Biblioteconomia no Brasil.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, utilizamos os seguintes parâmetros de busca: termo de busca- “Competência em Informação”, entre os anos de 2000 a 2010, artigos em língua portuguesa e publicados por autores brasileiros em revistas brasileiras. Foi utilizado apenas o termo “Competência em Informação”, dentre os vários sinônimos que a literatura brasileira oferece, porque além de ser a tradução oficial do termo *Information Literacy* para o Brasil, as outras traduções possuem cada uma um termo específico que se volta a outros aspectos da *Information*

Literacy, a saber Letramento Informacional, Habilidades Informacionais, etc., os quais não são objetos desta pesquisa. Após a inserção dos parâmetros de busca na base de dados, foi gerada uma planilha de Excel com os dados dos artigos recuperados. A busca foi realizada no dia 05/05/2025 e refeita no dia 05/07/2025 e, ambos, retornaram 58 resultados, os quais foram importados para uma tabela de Excel que continha as seguintes colunas: ano, autor, artigo, título, revista, palavras-chave, resumo, definição de competência.

De posse dos artigos procedemos à leitura dos mesmos em busca do conceito de competência utilizado e realizamos a Análise de Conteúdo a partir da técnica da Análise Categorial, de Bardin (2011). Em um primeiro momento, realizamos a pré-análise, ou seja, escolhemos os documentos que compuseram o corpus da pesquisa *a priori*, formulamos as hipóteses e os objetivos da análise, e, por fim, preparamos o material, ou seja, o organizamos em tabelas de Excel para melhor visualização dos dados.

Os artigos recuperados foram lidos na íntegra em busca do conceito de competência e sua definição. Assim, apenas 13 compuseram o corpus de análise, pois traziam em seu interior qual conceito de competência foi utilizado.

Em seguida, elaboramos um quadro para realizar o processo de categorização e subcategorização contendo as seguintes colunas: categorias iniciais, conceito norteador, categorias intermediárias, conceito norteador e categoria final, analisando as definições de competência encontradas, com base nas categorias de Zarifian (2008): processo, técnica, organizacional, serviço e social.

As categorias de competência utilizadas para a análise dos dados foram elaboradas a partir de Zarifian (2008), a saber: a) *Competências sobre processos*: os conhecimentos do processo de trabalho; b) *Competências técnicas*: conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado; c) *Competências sobre a organização*: saber organizar os fluxos de trabalho; d)

Competências de serviço: aliar à competência técnica à pergunta: qual o impacto que este produto ou serviço terá sobre o consumidor final? e) *Competências sociais:* saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas. Portanto, essas categorias foram estudadas a fundo nesta pesquisa, para realizar a análise categorial dos artigos selecionados. Conforme Bardin (2011, p. 147), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. Portanto, a Análise Categorial foi realizada a fim de identificar o significado do conceito de competência presente nos artigos científicos sobre Competência em Informação nos primeiros artigos científicos sobre Competência em Informação, publicados em periódicos brasileiros de Ciência da Informação, com vistas a caracterizá-lo.

4 Resultados Finais

Conforme mencionamos anteriormente, foram analisados um total de 58 itens recuperados na BRAPCI, mas compuseram o corpus da pesquisa 13 artigos. Desses 58 itens recuperados, mesmo inserindo na base que recuperasse apenas artigos científicos em língua portuguesa, ela recuperou outros tipos de itens, tais como resenhas, resumos de teses e etc.

Podemos perceber a partir do Gráfico 1, abaixo que, dentre o universo de 58 itens, a maioria, o que corresponde 7 itens, foi publicado na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (RBBD), seguida do periódico *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. Esses dados evidenciam que o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (CBBG), nesse período, foi terreno fértil de discussões sobre a Competência em Informação, haja vista que os melhores trabalhos desse evento são publicados na RBBD. Este achado é compatível com o fato de o CBBG, desde o início das discussões sobre Competência em Informação

no Brasil, ter se mostrado terreno fértil das publicações e das diretrizes sobre o tema.

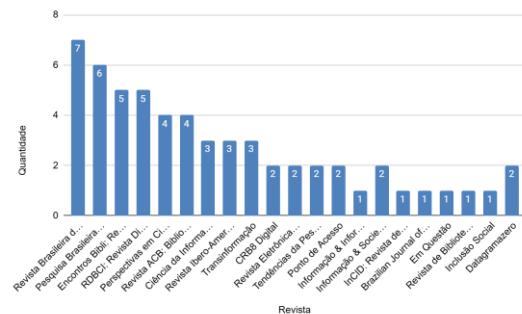


Gráfico 1- Revistas que publicaram sobre Competência em Informação no Brasil (2000-2010).

Os anos de maior publicação dos artigos sobre Competência em Informação no Brasil no período de 2000 a 2010 foram os anos de 2008 com 15 artigos, 2009 com 11 artigos e 2006 e 2010 com 9 artigos ambos. Esses dados demonstram que é uma temática que vem crescendo em termos de publicação, sobretudo a partir do ano de 2006, conforme Gráfico 2 abaixo.

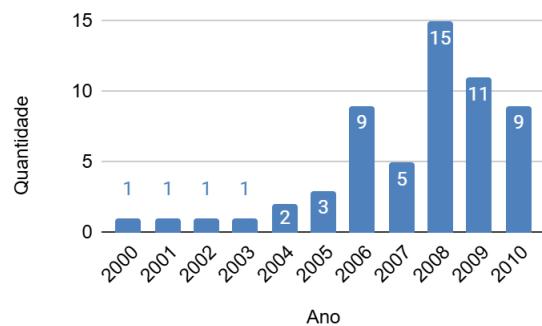


Gráfico 2- Anos de maior publicação sobre Competência em Informação entre 2000 e 2010.

Dentre os artigos recuperados, apenas 13 foram analisados, pois não entraram no corpus da pesquisa os seguintes itens recuperados: 6 em espanhol, 2 resenhas de livros, 3 não estavam relacionados a Colinfo, 2 eram do contexto de Portugal, 1 resenha, 1 resumo de tese, 1 do contexto do Uruguai e 29 artigos que, mesmo analisando a Competência em Informação, não mencionava o conceito de competência.

Os treze artigos analisados possuíam os seguintes autores e títulos: 1) Regina Célia Baptista Belluzzo. *O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação.* 2) Regina Célia Baptista Belluzzo; Glória Georges Feres. *Competência em informação: um diferencial da qualidade em publicações científicas.* 3) Regina Célia Baptista Belluzzo. *Como desenvolver a competência em informação (ci): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola.* 4) Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque. *Arcabouço conceitual do letramento informacional.* 5) Elizete Vieira Vitorino. *Competência informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade.* 6) Leandro dos Santos Nascimento; Vera Silvia Marão Beraquet. *A competência informacional e a graduação em biblioteconomia na PUC-Campinas: uma análise de 2008.* 7) Gabriela Farias; Clediane de Araújo Guedes Marques. *Information literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN.* 8) Elisabeth Adriana Dudziak. *O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social.* 9) Rose Cristiani Liston; Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. *Representando a Information Literacy: competências informacionais na Biblioteconomia.* 10) Isa Maria Freire. *Informação e educação: parceria para inclusão social.* 11) Regina Célia Baptista Belluzzo. *Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da Information Literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento.* 12) Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar; Rafaela Carolina da Silva; Regina Célia Baptista Belluzzo; Aparecida Maciel da Silva Shikida. *A Competência em Informação (ColInfo) como um fator fundamental para a educação no Brasil.* 13) Elmira Luzia Melo Soares Simeão; Cristiano Oliveira de Melo. *Alfabetização em informação para a capacitação do agente*

comunitário de saúde no Brasil: proposta de mediação baseada no modelo extensivo e colaborativo.

Após a extração das definições de competências existentes nesses artigos, os dados coletados foram analisados por meio da análise categorial de Bardin (2011). Antes de passar pelo processo de construção das categorias analisamos se alguma definição era repetida, assim, descartamos uma, pois estava repetida. Assim, ficaram 12 para análise. O processo de construção das categorias foi realizado antes da seleção do material e da leitura flutuante, ou seja, as categorias foram construídas de maneira apriorística. A codificação se deu de forma não-apriorística, ou seja, ocorreu após a leitura do material empírico, a saber as definições de competência encontradas.

A codificação foi elaborada em função da repetição das palavras, as quais foram trianguladas com os resultados, em seguida se constituíram unidades de registros e, logo após, foram realizadas as categorizações.

Foram encontradas 25 *categorias iniciais* nos artigos científicos a saber: Categorias iniciais: 1. Saberes e Habilidades, 2. Visão crítica, 3. Qualificação, 4. Resultados, 5. Desempenhar um papel, 6. Resolução de problemas, 7. Eficácia, 8. Fazer frente aos desafios, 9. Mobilizar recursos, 10. Organizar, 11. Dirigir, 12. Trabalho em equipe, 13. Utilizar tecnologias, 14. Saber fazer, 15. Aprendizado ao longo da vida, 16. Recursos humanos, 17. Produtividade, 18. Organização do trabalho, 19. Agir eficazmente, 20. Situações complexas, 21. Atualização de saberes, 22. Habilidades cognitivas, 23. Habilidades intrapessoais, 24. Habilidades interpessoais, 25. Recursos internos pessoais. Essas categorias foram elaboradas após a leitura do material empírico desta pesquisa. Para cada categoria foi utilizado um conceito norteador.

Os *conceitos norteadores* para a elaboração das categorias iniciais foram retirados das unidades de registro, ou seja, dos trechos dos artigos que continham a definição de competência. Os conceitos norteadores são

aqueles que, analisados, serão classificados nas subcategorias, as intermediárias e as finais oriundas de Zarifian (2008). Assim, os conceitos norteadores das categorias iniciais estão descritos abaixo. Os trechos encontrados nos artigos estarão entre aspas e os trechos em itálico referem-se ao conteúdo encontrado que está relacionado a uma categoria.

1. Saberes e Habilidades e 2. Visão crítica. O conceito norteador para a elaboração desta categoria foi um trecho de Beluzzo (2006) quando esta afirma que a “[...] a competência, de modo geral, é um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um *domínio de saberes e de habilidades* de diversas naturezas, permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma *visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas* que emergem e caracterizam o atual contexto social”. Portanto, não há como pensar em competências sem também se refletir sobre os saberes e as habilidades que os profissionais devem possuir para serem competentes. Assim, os primeiros escritos sobre Competência em Informação no Brasil refletia sobre a dimensão técnica desse conceito e esse fato se reflete quando analisamos as definições de ColInfo nos primeiros artigos científicos sobre o tema no Brasil, quando boa parte deles busca delinear quais competências e habilidades devem possuir os bibliotecários.

Para a categoria 3. Qualificação, o conceito norteador é o de Zarifian (2003 apud MIRANDA, 2004) quando este afirma que “a competência é uma *nova forma de qualificação*, uma nova maneira de qualificar”. (LISTON; SANTOS, 2008). Portanto, o conceito de Zarifian está relacionado à qualificação para o mundo do trabalho, ou, conforme afirmaram Wilcox e King (2013) está relacionado àquilo que os trabalhadores necessitam para desempenhar eficazmente uma ocupação. Essa categoria está presente nos primeiros artigos sobre ColInfo demonstrando o quanto a área buscou compreender de que maneira os bibliotecários

poderiam atuar a fim de letrar os cidadãos em informação de modo a que eles se tornem competentes em informação.

Para as categorias: 4. Resultados e 5. Desempenhar um papel, o conceito norteador é o de “*Fernandez Valdez et al. (2008) que consideram competência como a posse de qualificações intelectuais, físicas e condutas suficientes para realizar uma tarefa ou desempenhar um papel de maneira adequada para alcançar um resultado desejado*” (SIMEÃO; MELO, 2009). Assim, competência como um conjunto de qualificações que um trabalhador deve ter para realizar eficazmente uma tarefa no mercado de trabalho. Note-se que a qualificação para o mercado de trabalho estava presente desde as primeiras produções sobre o tema da Competência em Informação no Brasil e, isso está relacionado com o fato de a área também ter adotado a tradução do *Information Literacy* para Competência em Informação no Brasil, bem como de todo o movimento da Educação e, também da Biblioteconomia brasileira de formar para as competências que se exigem dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Para a categoria 6. Resolução de problemas, o conceito norteador encontrado nos artigos científicos foram: “Vale lembrar que a questão do desenvolvimento de competências como diferencial na sociedade contemporânea tem sua origem na concepção de que toda competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que juntos permitem a *resolução de uma situação-problema*. Competência é uma palavra comumente utilizada para definir a *qualificação de uma pessoa para a realização de determinada coisa*. Para Perrenoud (2000), de modo geral, a competência comprehende a faculdade de mobilizar um *conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações*. (OTTONICAR; SILVA; BELLUZZO; SHIKIDA, 2006). Aqui percebe-se a noção de competência também voltada para o mundo do trabalho e para a resolução de problemas do mundo do trabalho.

Já as categorias 7. Eficácia e 8. Fazer frente aos desafios foi delineada a partir do seguinte conceito norteador: “[...] destaca-se a questão do desenvolvimento de competências para *fazer frente aos novos desafios* decorrentes de ambiência de grandes inovações que, de acordo com Perrenoud (1999), devem ser entendidas como a capacidade de *agir eficazmente* em determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (BELLUZZO, 2004). Nesse artigo percebe-se que o conceito de competência utilizado está relacionado à eficácia e a fazer frente aos novos desafios do mundo do trabalho que estava se transformando, especialmente com as Tecnologias de Informação e de Comunicação e que necessitava de trabalhadores treinados para o uso dessas tecnologias.

Por sua vez, a categoria 9. Mobilizar recursos foi delineada a partir dos seguintes conceitos norteadores: “A definição de “competência” na área de educação visa como referencial é a do sociólogo Philippe Perrenoud: competência em educação é a faculdade de *mobilizar* um conjunto de *recursos cognitivos* – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. (GENTILE, 2000, p.13). Assim, comenta Belluzzo (2005a) que, para Perrenoud, as competências utilizam, integram, *mobilizam conhecimentos* para enfrentar um conjunto de situações complexas. No dicionário Aurélio, a definição encontrada é: “qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade” (FERREIRA, 2004, p. 508). (FARIAS; MARQUES, 2007). Essa categoria mobilizar recursos foi delineada a partir desses conceitos norteadores e está relacionada com as demandas da Sociedade da Informação para os trabalhadores no mercado de trabalho que estava se delineando, especialmente no Brasil. Foi nesse momento que, no Brasil, começa-se a elaborar políticas de Estado para buscar inserir o país na Sociedade da Informação.

Para a elaboração das categorias 10. Organizar, 11. Dirigir, 12. Trabalho em equipe e 13. Utilizar tecnologias foi utilizado o conceito norteador de Perrenoud que é um dos autores mais utilizados para pensar acerca da noção de competência nos estudos sobre Competência em Informação no Brasil no Brasil, ao lado de Zarifian. Competência, para o autor, refere-se “à capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações” (PERRENOUD, 2000, p. 101). As competências propostas por Perrenoud são *organizar* e *dirigir* situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho; *trabalhar em equipe*; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; *utilizar novas tecnologias*; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação contínua (PERRENOUD, 2000). (FREIRE, 2007).

Já as categorias 14. Saber fazer e 15. Aprendizado ao longo da vida foram elaboradas a partir do conceito norteador elaborado por Dudziak (2007, p. 93): “No senso comum a competência é entendida como saber algo, *saber fazer ou saber ser* alguma coisa bem. Entretanto, mais que um conjunto de atributos, a competência envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes. Na realidade, a competência é construída pelo olhar do outro, a percepção que os outros têm sobre nossas ações. A construção da competência nunca termina, pois é um processo dinâmico de auto-renovação e transformação pessoal proporcionado pelo aprender a aprender e pelo *aprendizado ao longo da vida*. (DUDZIAK, 2007). A categoria aprendizado ao longo da vida está bem presente quando se fala sobre o conceito de competência, bem como sobre o de Competência em Informação, pois na sociedade contemporânea, também predicada, “da informação”, para manter-se atualizado acerca dos processos de trabalho, os trabalhadores devem buscar a atualização permanente. Assim, concluir os níveis de ensino já não é mais suficiente, o que faz com

que os sujeitos, desde a idade escolar até a idade para ingressar no mercado de trabalho tenha que desenvolver um aprendizado autônomo ao longo da vida, o que implica no aprender a aprender.

Para a elaboração das categorias 16. Recursos humanos, 17. Produtividade e 18. Organização do trabalho, o conceito norteador foi da autora Gasque, para quem “o conceito de competência surgiu do campo empresarial e financeiro com o objetivo de buscar, por meio de programas de ‘capacitação dos recursos humanos’, ‘reengenharia’ ou ‘qualidade total’, alternativas para melhorar a produtividade e a competitividade em decorrência especialmente do processo de substituição tecnológica que produz novas formas de organização do trabalho” (GASQUE, 2003). (GASQUE, 2010).

Por sua vez, as categorias 19. Agir eficazmente, 20. Situações complexas, 21. Atualização de saberes foram elaboradas a partir dos seguintes conceitos norteadores. O primeiro foi: Nessa área, tem sido referência Perrenoud (1999, p.7) que afirmou ser uma “competência como uma capacidade de *agir eficazmente em um tipo de situação*, capacidade que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles”. (BELLUZZO; FÈRES, 2009). Já o segundo: “Um conceito básico de competência é uma capacidade de *agir eficazmente em um tipo de situação*, capacidade esta que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles, pois as competências utilizam, integram, mobilizam conhecimentos para enfrentar um conjunto de *situações complexas* e o mais importante: implicam também em uma capacidade de *atualização de saberes*” (VITORINO, 2007).

As últimas categorias foram: 22. Habilidades cognitivas, 23. Habilidades intrapessoais, 24. Habilidades interpessoais e 25. Recursos internos pessoais. Essas categorias foram elaboradas a partir do seguinte conceito norteador: “Competências seriam características que proporcionam resultados efetivos-incluindo *habilidades cognitivas* ou intelectuais- *habilidades intrapessoais* e

habilidades interpessoais. [...]. É também, a iniciativa sob a condição de autonomia, pressupondo a *mobilização dos recursos internos pessoais* (adquiridos, solicitados e desenvolvidos pelos indivíduos em dada situação)”. Miranda (2006). (SANTOS; BERQUET, 2009).

Refinando a análise dos dados, foi realizado um agrupamento progressivo das categorias iniciais, mencionadas e detalhadas acima, e inserindo-as dentro das categorias intermediárias que foram elaboradas a partir de Zarifian (2001), a saber: *Competências sobre processos*; *Competências técnicas*; *Competências sobre a organização*; *Competências de serviço* e *Competências sociais*.

Os conceitos norteadores das categorias intermediárias foram retiradas de Zarifian (2001).

Competências sobre processos: significa dominar uma ou grande parte do fluxo de fabricação em uma linha inteira de produção. Organização em equipe e em rede, responsável por uma linha inteira.

Competências técnicas: Integração dos métodos e ferramentas específicos de mensuração e de comando do desempenho.

Competências organizacionais: Conhecimento sobre os parâmetros e princípios de funcionamento da organização produtiva na qual trabalha. Refere-se à participação dos trabalhadores em projetos (de otimização de funcionamento, de mudança pontual de organização, etc.). Também significa participar da redefinição da organização produtiva quando o contexto exige.

Competências de serviço: saber e prever que impacto terão, direta ou indiretamente, no modo como o produto (bem ou serviço) que se executará trará benefícios úteis aos seus destinatários. Proceder nas suas relações com os outros com civilidade, ou seja, com atenção, respeito e generosidade em face do outro. Conhecer e compreender os problemas ligados à utilização desse serviço e ao modo de vida dos clientes e usuários dele.

Competência social: enfatiza o comportamento e as atitudes, ou seja, a maneira como um indivíduo apreende seu

ambiente “em situação”, a maneira “como se comporta”. A sua consequência é a autonomia (saber conduzir-se de maneira autônoma). É aquela cujos comportamentos manifestam-se nos campos da autonomia, tomada de responsabilidade e da comunicação. Inserir-se ativamente nas relações de comunicação, ou seja, é a forma como os indivíduos se desenvolvem profissionalmente nas redes de sociabilidade.

Todas essas definições acima analisadas foram inseridas na tabela e passada pelo processo de subcategorização. Quando classificamos as 12 definições nas categorias intermediárias cada definição, tivemos os seguintes achados: 3 definições se encaixavam na categoria de processos, 5 na categoria técnica, 1 na organizacional, 2 na de serviço e 1 na social, o que evidencia que as definições estão mais voltadas aos aspectos técnicos da competência.

Os artigos científicos sobre Competência em Informação publicados em periódicos no Brasil utilizaram como principal conceito de competência aqueles voltados aos aspectos técnicos. Este fato evidencia que essas publicações buscavam localizar a própria Competência em Informação no mundo do trabalho e para atender às demandas não apenas do mundo do trabalho como categoria mais ampla, mas sobretudo, ao mercado de trabalho tal qual ele estava se moldando. Este achado pode ser explicado pelo fato de, no Brasil, as discussões, bem como algumas políticas de governos estarem voltadas à buscar fazer o Brasil entrar na tão proclamada Sociedade da Informação. Este cenário, aliado ao fato de a Biblioteconomia brasileira também ser uma área com uma presença técnica e às vezes tecnicista bem forte, possibilitou o delineamento da *Information Literacy* no Brasil de forma técnica, inclusive, o que pode ser percebido pela opção de se traduzir o *Information Literacy* para Competência em Informação. Portanto, não é de se estranhar que o conceito de competência utilizado é mais voltado para os aspectos técnicos.

As categorias finais de cada uma das categorias intermediárias são: 1)

conhecimentos do processo de trabalho; 2) conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado; 3) saber organizar os fluxos de trabalho, 4) aliar à competência técnica ao impacto que o produto ou serviço terá sobre o consumidor final e 5) saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas.

Os resultados demonstram que o conceito de competência nos primeiros artigos científicos sobre competência em informação no Brasil pouco foi discutido nas publicações do período de 2000 a 2010, pois apenas 13 artigos dos 58 que compuseram o corpus da pesquisa discutiram ou trouxeram o conceito de competência de outros autores. Este fato revela que a tradução do termo *Information Literacy* para Competência em Informação no Brasil careceu de maiores reflexões sobre a adoção do conceito.

O conceito de competência utilizado estava mais voltado aos aspectos técnicos da competência, ou seja, sobre a integração dos métodos, das ferramentas específicas sobre a competência como um saber fazer para o mundo do trabalho visando a mensuração dessa competência e possibilitando construir comandos de desempenho do trabalhador, que no caso é o bibliotecário. Assim, o conceito de competência utilizado tem a ver com conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado. Não à toa os autores que dão embasamento teórico para as reflexões sobre o conceito de competência nos artigos científicos sobre competência em informação no Brasil são Phillipre Perrenoud e Philippe Zarifian, que são do campo da Educação e da Administração respectivamente.

5 Considerações Finais

O conceito de competência é um daqueles que vem ganhando cada vez mais status desde as conversas cotidianas até os altos escalões do mercado educacional. Essa cultura de mercado faz com que a educação passe a ser um fator de atratividade dos capitais que deseja cada vez mais que a educação seja técnica e forme profissionais competentes

tecnicamente para as organizações. Em razão disso, as escolas, as universidades alteraram seus programas de ensino adequando-se às competências e habilidades que os alunos devem possuir ao sair de uma disciplina, ou de um curso. Isso fez com que, inclusive, o campo da Biblioteconomia assimilasse esse modelo das competências e inserisse o conceito em seus documentos curriculares, em um movimento que já estava sendo feito, inclusive, no âmbito do Ministério da Educação do Brasil, desde a promulgação da LDB, e depois das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação do país.

Foi nesse contexto que o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil decidiu pela adoção do conceito de competência para a tradução do *Information Literacy* para o Brasil. Percebemos que, nessa primeira década, os artigos se pautaram no uso do conceito de competência mais voltado para a vertente técnica, refletindo sobre o como fazer para que os sujeitos se tornassem competentes em informação. Assim, os primeiros artigos científicos sobre Colinfo no Brasil pouco ou nada refletiram sobre o conceito de competência e quando o refletiram foi no sentido da adoção do conceito de forma mais técnica e às vezes tecnicista. É importante que as reflexões se pautem no histórico do conceito de competência, bem como no seu desague em outras áreas, a exemplo da Educação e como esse conceito pode contribuir com a formação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação.

A partir dos resultados desta pesquisa, percebemos que o uso do termo competência para a tradução do *Information Literacy*, bem como de uma conceituação mais técnica desse termo, traz implicações tanto na prática da *Information Literacy* quanto no ensino de Biblioteconomia. Ou seja, quando se inserem disciplinas que visam ao ensino da *Information Literacy*, a tradução desse conceito para Competência em Informação no Brasil pode possibilitar que a disciplina contribua para aprofundar o caráter técnico e tecnicista da

formação do bibliotecário. Claro, que este fato só será verdade se o docente que ministrar esta disciplina não inserir os aspectos da historicidade do conceito de competência e nem mencione que é necessário que os bibliotecários atuem no mundo do trabalho de forma crítica e que as práticas da Colinfo só fazem sentido se se aliar a teoria à prática.

A inserção da temática da Competência em Informação, bem como uma discussão sobre o conceito de competência, de forma crítica, na formação de bibliotecários poderia contribuir com uma formação mais crítica para os futuros profissionais.

6 Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil (2001). Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares para os cursos de biblioteconomia*. Parecer CNE/CES 492/2001.
- Brasil (2023). Presidência da República. *Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023*. Institui a política nacional de educação digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm
- Brasil (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
- Caregnato, E. (2000). O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, 8, 47-55. <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>
- Dias, R., Lopes, A. C. (2003). Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. *Educ Soc*, 25(85), 1155-1177. <http://www.cedes.unicamp.br>
- Hoge, M. A., Tondora, J., Marrelli, A. F. (2005). The fundamentals of workforce competency: implications for behavioral health. *Adm Policy*

- Ment Health, 32(5-6), 509-31.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16082795/>
- Horton, S. (2000). Introduction: the competency movement: Its origins and impact on the public sector. *The International Journal of Public Sector Management*, 13(4), 306-318.
<https://www.proquest.com/docview/234414774?sourceType=Scholarly%20Journals>
- Souza, F. C. (2012). A contribuição da ABEBD para a configuração política e ideológica das Diretrizes Curriculares Nacionais [DCN] do Curso de graduação em Biblioteconomia implantadas a partir de 2001. *Relatório de Pesquisa* (Processo CNPq n° 400228/2009-2. Florianópolis, 2012.
<https://core.ac.uk/download/pdf/16292278.pdf>
- Wilcox, Yuajing. (2012). *An initial study to develop instruments and validate the essential competencies for program evaluators (ECPE)*. [Dissertação de doutoramento, University of Minnesota].
- Wilcox, Yuanjing; King, Jean A. (2014). A professional grounding and history of the development and formal use of evaluator competencies. *The Canadian Journal of Program Evaluation*, 28 (3), 1–28.
- Zarifian, Philippe (2008). *Objetivo Competência: por uma nova lógica*. Atlas.
- Zurkowski, P. G. (1974). *The Information Service Environment Relationships and Priorities*: report 5. National Commission on Libraries and Information Science, Nov.
<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>

-
- i Os exames SAT avaliam leitura em inglês, matemática, ortografia, pontuação e gramática, a fim de avaliar o desempenho e o progresso dos alunos em relação aos padrões do currículo nacional.